Estrutura Agrária, Redes Familiares e Reprodução Social no Agro de Porto Alegre: 1769 – 1797

Luciano Costa Gomes^{1*}

RESUMO

GOMES, L. C. **Estrutura agrária, redes familiares e reprodução social no agro de Porto Alegre: 1769 – 1797.** Este artigo tem por objetivo analisar a estrutura agrária de Porto Alegre nas três últimas décadas do século XVIII, bem como apreender alguns dos mecanismos de reprodução social então recorrentes. As principais fontes pesquisadas foram róis de confessados e a *Relação de Moradores*. O trabalho se dividiu em duas etapas. A primeira foi a elaboração de um estudo estrutural, baseado na avaliação dos dados agregados relativos à propriedade de terra e escravos. A segunda, a pesquisa nominal dos agentes sociais envolvidos, a partir da qual foram reconstituídas algumas famílias locais, bem como traçadas suas redes de relações. Verificou-se que havia uma significativa concentração de terras e uma distribuição de escravos semelhante a de outras regiões com economia voltada para o mercado interno. Ao se avaliar os padrões de casamento e de estratégias de formação de novos lares, constataram-se diferenças entre as famílias mais afortunadas e aquelas com menores recursos. As reflexões e conclusões deste trabalho tentam oferecer alguma contribuição ao estudo das estratégias sociais dos grupos subalternos da América meridional portuguesa.

Palavras-chave: estrutura agrária; estratégias familiares; escravidão.

ABSTRACT

GOMES, L. C. **Agrarian structure, family relationships and social reproduction in Porto Alegre: 1769 – 1797.** This article has as its objective the analysis of the agrarian structure in Porto Alegre during the last three decades of the eighteenth century, as well as to apprehend some of the recurrent social reproduction mechanisms. The main sources researched were the Confession and the Residents' Lists. The work has been divided into two parts. The first one was the elaboration of a structural study, based on the evaluation of aggregate data relating to the ownership of land and slaves. The second, the nominal research of the social agents involved, from which some of the local families were reconstructed, as well as their relationship networks. It was then verified that there was a significant land ownership concentration and a distribution of slaves similar to other regions with an internal market based economy. By analyzing marriage patterns and the development of new homes, differences were identified among the most and the least fortunate families. The considerations and conclusions of this paper present a humble contribution to the study of the social strategies of the subaltern groups from Portuguese South America.

Key words: agrarian structure; family strategies; slavery.

INTRODUÇÃO

No ano de 1753, sessenta casais oriundos das ilhas dos Açores se estabeleceram temporariamente nas margens do Guaíba, estuário localizado no então Rio Grande de São Pedro. Ali esperavam a oportunidade de ir para as Missões Guaranis, seu destino. No entanto, com o início da Guerra

Guaranítica, o local de desembarque passou a ser seu novo lar, motivo pelo qual mudou até de nome, de Porto de Viamão para Porto dos Casais.

Em 1772, esses casais receberam lotes de terra derivados da sesmaria que fora de Jerônimo de Ornelas, um dos primeiros povoadores da região. Dez anos depois, conforme um *rol de confessados de Porto Alegre*, muitas dessas famílias de ilhéus foram arroladas como possuidoras de escravos, algumas com posses significativas para o contexto local. Os variados tamanhos de escravarias encontrados, em realidade, nos revelam que, em pouco menos de trinta anos, desenvolveu-se um acentuado processo de diferenciação social entre os lavradores da freguesia.

Nosso trabalho tem por objetivo avaliar a estrutura agrária de Porto Alegre, assim como apreender os mecanismos sociais e econômicos que condicionaram o processo de diferenciação social. Para enfrentar este problema, analisamos os *Róis de confessados* de Porto Alegre, especialmente o do ano de 1782, e a *Relações de moradores* de 1784 e de 1797¹.

O *rol de confessados*, na definição do Pe. Rubem Neis, era “uma relação anual dos paroquianos, feita por ocasião da desobriga pascal. Nele constam todos os paroquianos, família por família, com os nomes de todos os filhos e escravos, e a indicação, ao lado de cada nome, se fez sua confissão, se comungou, e se está crismado” (1975, p. 41). No conjunto dos documentos relativos ao Rio Grande, o *rol de confessados* configura-se como uma das poucas fontes que permitem a observação da constituição dos domicílios do período colonial.

A *Relação de moradores*, por sua vez, é uma espécie de censo agrário realizado nos anos de 1784, para todo o Rio Grande de São Pedro, e de 1797, para Porto Alegre. Nele constam informações relativas à posse da terra, rebanhos e benfeitorias dos produtores da Capitania; na *Relação* de 1797, de maneira particular, aparece a posse escrava dos mesmos. Por possuir essas informações, a documentação revela-se privilegiada para o estudo da estrutura agrária regional e de sua transformação. A *Relação* do ano de 1784 possui duas versões, que são o seu rascunho (os *borradores*, depositado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS) e a versão *oficial* (disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ), cada uma delas contendo algumas informações que não constam na outra. Por isso, cruzamos as duas fontes de modo a criar um banco que contivesse todas as informações disponíveis.

Desde a década de 1990, alguns estudos possibilitaram significativos avanços na compreensão dos processos agrários do século XVIII. Um deles foi a tese de doutorado de Helen Osório que, entre outras contribuições, elaborou a caracterização dos diferentes grupos de produtores rurais do Continente (2007, p. 82). Osório foi a primeira pesquisadora a realizar um cruzamento entre as informações contidas nas duas versões da *Relação de moradores* de 1784 (os *borradores* e a *Relação* oficial). Conforme demonstrou, essa documentação permite não só estudar os diferentes aspectos relacionados à formação da estrutura agrária regional, como também avançar na discussão da noção de “fronteira aberta”, em face das formas de acesso à terra então recorrentes.

As quatro categorias ocupacionais rurais descritas na documentação são as de lavrador, criador, criador com lavouras e, por fim, de lavrador-criador (também denominados de “mais lavoura”). Apesar da imagem tradicional de uma campanha dominada por peões livres e grandes proprietários, a autora constatou que as unidades produtivas dedicadas à agricultura eram majoritárias, com quase 70% do total, se excluídos os registros sem informação. Além disso, a complementaridade entre lavouras e rebanhos era uma constante (OSÓRIO, 2007, p. 82ss).

Ao avaliar as formas de acesso à terra, a autora constatou que, apesar do caráter ainda recente da ocupação das terras do continente no século XVIII, as legais predominaram com quase 60% das apropriações primárias. As datas de terras são a maioria, com 30% do total. Chama atenção a diminuta participação das propriedades que marcam o imaginário sobre os campos do Rio Grande: as sesmarias representavam apenas 7% do total das unidades produtivas recenseadas.

Em relação ao acesso secundário à terra, em meados da década de 1780 já predominavam no Rio Grande as formas monetárias (compra, arrendamento e arrematação), com cerca de 35% do total, seguidas logo adiante pela apropriação legal (por meio de datas, despachos do governador e sesmarias), com 32%. Para Osório, o predomínio do comércio de terras é um indicativo seguro da monopolização das terras e, por isso, do fechamento da fronteira agrária do Rio Grande do Sul já em fins do século XVIII (OSÓRIO, 2007, p. 88ss).

Antes de iniciarmos nossa análise, precisamos apresentar alguns aspectos importantes sobre Porto Alegre no século XVIII. O primeiro deles diz respeito à formação das primeiras propriedades agrárias, iniciadas na década de 1730; o segundo, à presença de escravos nas duas últimas décadas de 1780; o último aspecto, por fim, refere-se à delimitação da região agrária da freguesia.

A área que corresponde à atual Porto Alegre era possuída por três grandes proprietários: Jerônimo de Ornelas de Menezes e Vasconcelos, Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Rodrigues Mendes, chegados na região a partir do ano de 1732, todos criadores de gado (CEZAR, 1970, p. 134). O primeiro deles foi agraciado com sesmaria; dos dois últimos, apesar de referendados pela historiografia “tradicional” como sesmeiros, não foi encontrado qualquer registro que confirme esta situação². Eram provavelmente posseiros.

Entre o período de chegada desses proprietários e a década de 1780 ocorreram mudanças que transformaram substancialmente a estrutura agrária local. A primeira delas foi o falecimento de Sebastião Francisco Chaves, no ano de 1769. Por não possuir herdeiros, Chaves doou suas propriedades ao seu agregado e compadre, Manuel de Ávila de Souza, indivíduo originário dos Açores³. Desse evento de cunho essencialmente social, gerado no seio de relações de trabalho, amizade e parentesco fictício, formaram-se algumas das maiores propriedades de terra encontradas em Porto Alegre em fins do século XVIII, os designados terrenos ou campos de terra.

As terras que foram de Jerônimo de Ornelas tiveram um final diferente. Devido ao ambiente de tensão entre este e os açorianos desembarcados na margem do Guaíba, o sesmeiro decidiu vendê-las ao açoriano Inácio Francisco Melo. Mais tarde, em 1772, essas terras foram desapropriadas pelo Governador da Capitania para a concessão de meia-datas aos 60 casais açorianos, bem como para formar o perímetro urbano local. Essas meia-datas teriam algo em torno de 136 hectares de extensão (MACEDO, 1968, p. 52; OLIVEIRA, 1987, p. 29ss).

As terras que foram de Dionísio Rodrigues Mendes, por fim, foram herdadas por seus filhos, José Rodrigues Martins e André Bernardes. No *Rol de confessados* de Porto Alegre de 1779 encontramos o capitão José Rodrigues, acompanhado de 13 escravos; na *Relação de moradores* de 1797 encontramos André Bernardes como proprietário de uma estância e de cinco escravos⁴. Assim, a família de Dionísio Rodrigues foi a única a manter o domínio sobre as propriedades originais durante todo o século XVIII.

No que diz respeito à presença de escravos em Porto Alegre, alguns mapas de população indicam a ampla participação deste grupo. A população de Porto Alegre, segundo o mapa de 1780, contava

com 1512 pessoas; já no de 1802, o total chegou a 3504 indivíduos. No primeiro ano, os escravos representavam 36% dos habitantes; no segundo, o índice passou para 45%⁵. Com esses valores, a participação de escravos nas primeiras décadas de existência de Porto Alegre é semelhante àquela encontrada nas regiões economicamente mais dinâmicas da América portuguesa. No Recôncavo Baiano, principal produtor açucareiro do período, os escravos representavam 31% da população nos anos de 1816-17. Em Vila Rica, importante centro comercial mineiro, no ano de 1804, 31,4% dos moradores também estavam sob o cativeiro (MARCÍLIO *apud* SCHWARTZ, 1988, p. 373; COSTA e LUNA, 1982, p. 62). Portanto, a dimensão da escravidão de Porto Alegre, formada em um período tão curto de tempo, é um forte indício de que a freguesia ora estudada participou ativamente do *renascimento agrícola*, que foi o período de crescimento da produção agrária na América portuguesa, durante as últimas décadas do século XVIII (SCHWARTZ, 1988, 337ss; FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 92ss; OSÓRIO, 2007, p. 183ss).

A última consideração aqui necessária sobre Porto Alegre diz respeito à divisão espacial existente já na década de 1780 entre uma região urbanizada e outra rural. Em 1772, quando da distribuição das datas de terra, foi criado o perímetro urbanizado de Porto Alegre, que corresponderia a uma parte do atual centro da capital do Rio Grande do Sul. Ao seu redor, formou-se um cinturão agrário composto por diferentes propriedades de terras. Temos acesso a esta delimitação espacial graças aos dados encontrados no *rol de confessados* do ano de 1782. Neste, as descrições de domicílios estão ordenadas conforme as ruas e os bairros rurais do período. Do total de domicílios listados, cerca de 1/3 corresponderia às unidades rurais⁶.

O entorno agrícola apresentava as seguintes áreas: a região “fora do portão”, o Capão da Fumaça, o Cristal e o Passo de Ornellas. Foi justamente nesta ampla área que encontramos a quase totalidade dos lavradores de Porto Alegre descritos na *Relação de moradores de 1784*. A coincidência dos dados originários dessas duas fontes agrega, por isso, segurança à análise dos resultados encontrados. Feitas estas primeiras considerações, podemos iniciar a análise sobre produtores rurais de Porto Alegre das décadas de 1780 e 90.

Estrutura agrária e estratégias de reprodução

As *Relações de moradores* trazem as informações essenciais e, por isso, terão destaque neste estudo. Podemos dividir os listados nas *Relações* entre os proprietários de terras e os seus dependentes (designados como “agregados” ou como vivendo “a favor”). Em 1784, havia 74 proprietários e 15 dependentes, enquanto em 1797 os valores correlatos são, respectivamente, 106 e 23. Entre um período e outro, a proporção entre os dois grupos manteve-se inalterada, de modo que os proprietários representavam cerca de 4/5 do total. Esse é um primeiro indicativo de que nas primeiras décadas após a distribuição das terras já se havia alcançado certa estabilidade da estrutura fundiária.

Em sua maioria, os produtores de Porto Alegre eram lavradores que possuíam pequenos rebanhos. Ou então, em alguns casos, eram possuidores de apenas algumas cabeças de gado. Apenas no ano de 1797 aparecem dois proprietários com mais de 500 cabeças.

Ao seccionarmos os moradores listados entre os que possuíam ou não lavouras e/ou rebanhos de reses ou bois, constatamos que houve um decréscimo na participação dos possuidores de bens produtivos. Os produtores rurais de 1784 representavam 90% dos arrolados; em 1797, passaram para 85% do total. A diminuição da participação de produtores agrários indica que os subúrbios

da freguesia passaram a ser uma opção de residência para pessoas não vinculadas diretamente ao trabalho na terra. Deveriam ser eles indivíduos já há algum tempo chegados à localidade e que ou vendiam sua mão-de-obra aos lavradores vizinhos ou, então, se dedicavam a atividades na área urbanizada.

As propriedades de terras mais recorrentemente encontradas na documentação eram as datas de terras, os campos e as chácaras. Encontraremos, também, uma estância no ano de 1797. As datas eram pequenas propriedades de terras concedidas, em geral, a algumas famílias de açorianos durante a década de 1770 pelo governador da Capitania do Rio Grande. Localizavam-se próximas à antiga zona urbana da paróquia. Se a extensão inicial dessas propriedades era de 136 hectares, as *Relações de moradores* indicam que os tamanhos eram bastante variados. Algumas apresentavam o diminuto tamanho de 10 e 20 hectares. Houve outra, por sua vez, que apresentou o valor máximo de 210 hectares.

Os chamados campos de terra ou terrenos eram propriedades mais extensas, localizadas depois do arroio da Azenha, região correspondente à zona sul de Porto Alegre, que tem seu início a partir do atual bairro da Azenha. As extensões desses campos variavam entre 1/4 de légua e uma légua e meia em quadro. Isto é, os campos de terra eram significativamente maiores que as datas de terras dos açorianos, pois a menor destas propriedades possuía o mínimo de 1089 hectares, cerca de 8 vezes o tamanho das datas originais⁷.

As *chácaras*, por seu turno, eram pequenas porções de terras, menores que as datas, acessadas por meio de compra ou concessão. Mais frequentemente, não havia sinal de produção nestas propriedades. As *estâncias*, por fim, eram grandes propriedades de terra, onde se praticava pecuária⁸. Da estância constante na *Relação* de 1797 não é informado o tamanho da propriedade, mas é apresentado o tamanho do rebanho de reses, então constituído de 800 cabeças.

Tabela 1
Propriedades agrárias de Porto Alegre,
em 1784

	#	%
Chácaras	1	1,1
Campos (1)	14	14,9
Datas	79	84,0
Total	94	100,0

Nota: (1) Os campos de 1784 são os terrenos relacionados em 1797. Nesta categoria se inclui um rincão.

Fonte: *Relação de moradores de Porto Alegre e Gravataí de 1785*, os borradores de 1785 e *Relação de moradores de Porto Alegre de 1797*, AHRS, Códice F-1198A; *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente*. ANRJ, Códice 104, v. 7.

Tabela 2
Propriedades agrárias em Porto Alegre,
1797

	#	%
Chácaras	18	15,7
Campos	12	10,4
Datas	82	71,3
Outros (1)	3	2,6
Total	115	100,0

Obs.: Alguns tipos diferentes de propriedades foram realocados nas categorias acima apresentadas, de acordo com tamanho e origem.

Nota: (1) Inclui uma propriedade revendida por um comerciante, uma estância e um *sítio*.

Fonte: *Relação de moradores de Porto Alegre de 1797*. AHRS, Fundo da Fazenda, Códice F1198.

Quando comparados os valores absolutos de propriedades em Porto Alegre, nos dois períodos em foco, podemos verificar a existência de duas dinâmicas significativas. De um lado, constata-se que a distribuição das propriedades manteve-se praticamente inalterada entre 1784 e 1797, pois houve diminuta variação do número de datas e de campos. Registre-se que a estância listada na *Relação de 1797*, apesar de não constar na de 1784, era propriedade do filho do antigo proprietário. Isto é, seu aparecimento não significou a formação de uma unidade produtiva. A novidade, por outro lado, foi o aumento expressivo de chácaras, que passaram de 1 para 18 unidades, num período inferior a 13 anos⁹. São nessas propriedades que mais frequentemente encontram-se indivíduos sem qualquer tipo de produção. Neste sentido, esses resultados reforçam a hipótese de que, passados menos de trinta anos após as concessões de terras aos açorianos, a estrutura fundiária apresentava fortes sinais de estabilidade.

De modo a confirmar a dita hipótese, analisamos as formas de acesso a estas propriedades informadas na *Relação de moradores*. Mais do que avaliar a estabilidade ou não da estrutura agrária, o estudo desta variável nos permite enquadrar o caso de Porto Alegre no processo mais amplo de fechamento da fronteira agrária no Rio Grande de São Pedro.

Tabela 3
Formas de acesso à terra em Porto Alegre, 1784

Tipo de acesso	#	%
Concessão	38	40,4
Compra	48	51,1
Doação	3	3,2
Dote	1	1,1
Herança	3	3,2
Posse	1	1,1
Total	94	100,0

Fonte: *Relações de moradores* de 1784.

Tabela 4
Formas de acesso à terra em Porto Alegre, 1797

Tipo de acesso	#	%
Concessão	32	27,8
Compra	58	50,4
Doação	2	1,7
Dote	1	0,9
Herança	11	9,6
Não informado	11	9,6
Total	115	100,0

Fonte: *Relações de moradores* de 1797.

Depois de 12 anos após as primeiras concessões das datas, origem da maioria das propriedades da localidade, a via monetária constituía-se como a forma mais recorrente de acesso à terra. Não menos que 50% das propriedades, em ambos os períodos, fora comercializada, índice muito superior ao que Osório (2007) encontrou para toda a Capitania, de 35%. Com o passar do tempo e o falecimento de alguns dos antigos proprietários, as concessões reduziram-se ainda mais, passando a menos de 30%. Essa queda poderia ter sido maior se não contássemos com a concessão de quatro chácaras, que constam na relação de 1797. Portanto, Porto Alegre, na última década do século XVIII, não apenas apresentava uma estrutura fundiária estabilizada como também se caracterizava por ter sua “fronteira agrária” fechada, num índice muito superior à média encontrada em todo o Rio Grande de São Pedro.

O fechamento dessa fronteira agrária foi acompanhado por uma acentuada concentração da riqueza, que pode ser verificada pela distribuição de terras e de escravos. As pequenas propriedades predominavam numericamente; no entanto, eram os *campos de terras*, um sítio e uma estância que

ocupavam a maior parte do espaço agrário de Porto Alegre. Na tabela seguinte, apresentamos uma estimativa das extensões das propriedades de terras, conforme o tipo de acesso às mesmas¹⁰.

Tabela 5
Proprietários de terra e estimativa da extensão das propriedades fundiárias
em Porto Alegre, 1784

Tipo de propriedade	Propriedades		Extensão dos terrenos (hectares)	
	#	%	#	%
Datas	80	85,1	8167,5	21,7
Campos de terra	13	13,8	16335,0	43,5
Sesmaria	1	1,1	13068,0	34,8
Total	94	100,0	37570,5	100,0

Obs.: O total de proprietários e a extensão dos campos de terra são baseados na *Relação de 1784*. O proprietário de um rincão de terras foi excluído, pois não constava a extensão de sua propriedade. O proprietário de uma chácara em 1784 foi incluído entre os possuidores de datas, pois sua propriedade derivou das últimas. Foi incluído o registro da estância de 1797, por ter pertencido a uma única família até o final do século XVIII.

Fonte: *Relação de moradores* de 1784 e de 1797.

Os proprietários de datas de terras, que totalizavam 85% dos chefes de fogo relacionados na *Relação de moradores* de 1784, possuem apenas 22% do território agrário. Por sua vez, os grandes proprietários de terras, os possuidores dos campos e da estância, eram 15% da população listada e possuíam 78% das terras em questão. Portanto, constata-se acentuada concentração da propriedade de terras em Porto Alegre, nas últimas décadas do século XVIII.

O quadro ora delineado conflita seriamente com a imagem frequentemente atribuída à Porto Alegre do período colonial, como sendo um pequeno aglomerado urbano rodeado de propriedades familiares triticultoras. Estas não estavam sozinhas, mas acompanhadas por propriedades de terras que lhes eram maiores e anteriores, incluindo até uma estância. Em realidade, algumas poucas famílias possuíam quase 4/5 do território agrário da freguesia.

A diferença de capitalização entre as unidades produtivas locais também podem ser verificadas por meio da análise das características de estrutura de posse de escravos, obtidas graças aos dados do *Rol de confessados* de 1782. A comparação desses dados com aqueles apresentados por Stuart Schwartz sobre a distribuição da posse escrava em áreas de plantação de mandioca e de açúcar na Bahia, baseadas em um censo de 1788, será esclarecedor. Nas regiões produtoras de açúcar, os valores encontrados são muito concentrados. No Recôncavo, os produtores de açúcar tinham uma média de 11,7 escravos. Na paróquia de Monte encontra-se a concentração de escravos mais violenta, pois o Coeficiente de Gini¹¹ encontrado foi de 0,77. Nas áreas voltadas à produção para o mercado interno, por sua vez, as médias de posse eram bem menores. No Recôncavo, nas localidades de Jaguaripe e Moragogipe, dedicadas à produção de mandioca, a média de posse escrava ficou em 4,5 escravos por escravista. Na primeira localidade, o Coeficiente de Gini ficou em 0,38, enquanto na segunda, em 0,45. No sertão, área de produção mista de mandioca e criação de gado, a média

de escravos foi um pouco maior: 5,2 escravos por proprietário. Em Água Fria, na mesma região, o coeficiente de Gini também foi alto: 0,48 (SCHWARTZ, 1988, p. 359).

Ora, as características da distribuição de escravos em Porto Alegre assemelham-se àquela encontrada na região que lhe era economicamente mais parecida. A média de escravos na área rural de Porto Alegre foi de 4,7 escravos por unidade, resultado semelhante ao verificado nas lavouras de mandioca, mas um pouco inferior ao das regiões de produção mista de gado e mandioca. Ao avaliarmos a concentração de escravos em Porto Alegre, constatamos nova semelhança, pois em Porto Alegre o coeficiente de Gini ficou em 0,41, resultado parecido com o encontrado em Jaguaripe, freguesia produtora de mandioca.

Ao confrontar os dados de Porto Alegre com a freguesia vizinha de Viamão (na qual havia conjugação entre atividades agrícolas e pecuárias), também encontramos semelhanças. Em Viamão, a partir dos dados disponíveis nos *Róis de confessados* de 1776 a 1782, o coeficiente de Gini relativo à posse de escravos variou entre 0,38 e 0,45 (DANILEVICZ, 2009, p. 35). Desta forma, a produção agropecuária do Rio Grande do Sul, ao menos nos casos de Porto Alegre e Viamão, levou a uma concentração de riquezas característica dos sistemas produtivos baianos voltados para o mercado interno.

Portanto, a afirmação de Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual não houve expressiva concentração de riqueza nos trigais gaúchos, baseado na comparação entre as lavouras triticultoras do Rio Grande do Sul com as economias produtoras de açúcar e café, mostra-se infundada (2005, p. 65). Havia, pois, tanta concentração em Porto Alegre e Viamão quanto nas freguesias baianas com estruturas econômicas semelhantes, voltados para o mesmo tipo de mercado.

Até agora, o objeto de análise deste estudo foi a estrutura produtiva local, avaliada a partir dos núcleos domésticos isolados. Esta alternativa nos permitiu verificar o nível de dispersão e concentração de recursos, especificamente, de terras e escravos. No entanto, como nos ensina Giovanni Levi em *A herança imaterial*, o estudo sobre estratificação social não deve se restringir à constituição dos bens, mas deve também dirigir sua atenção às estratégias que ligavam familiares que não residiam no mesmo domicílio (2000, p. 96ss). As análises de Levi, nesse sentido, nos servem como uma inspiração para pensar as estratégias familiares dos lavradores de Porto Alegre, no último quartel do século XVIII.

Para dar conta desta tarefa, reconstituímos as relações familiares de alguns dos lavradores aqui estudados. O ponto de partida para a pesquisa nominal foi estabelecer uma lista dos mais antigos lavradores da freguesia. Isso se tornou possível por meio do cruzamento dos dados constantes na *Relação de moradores de 1784*, no *Registro de datas de terras passadas aos casais* e no *Rol de confessados* de 1782¹². Após estabelecer uma relação daqueles que seriam os moradores mais antigos da localidade que se mantiveram agricultores, partimos para a segunda parte da pesquisa, que foi procurar seus filhos nos livros de batismo e de casamento¹³.

Terminada esta segunda etapa do procedimento, concluímos a pesquisa ao tentar identificar o conjunto de pais e filhos nos *Róis de confessados* para avaliar suas posses cativas, que é um indicador seguro da riqueza possuída. Ao reconstruir as relações de casamento entre os filhos destes lavradores, verificamos os padrões de relacionamento entre as famílias. Ao todos, somam-se 74 núcleos familiares. São 22 casais de povoadores da região que se mantiveram como lavradores, 42 casais em que ao menos um dos cônjuges descendia desses povoadores e 10 casais que não estão entre os povoadores iniciais que se mantiveram lavradores e que aparecem como sogros dos filhos

desses povoadores. Em geral, esses sogros são moradores da área urbanizada de Porto Alegre. Ora, se apenas 8 dessas 74 famílias não estavam ligadas às atividades agrárias e se na *Relação de moradores* de 1784 contamos com 89 núcleos familiares, então o conjunto de dados disponíveis é, sim, representativo das dinâmicas sociais agora estudadas.

A importância do estudo dos casamentos dos filhos dos povoadores reside no fato de que, em um mundo de recursos desigualmente distribuídos, a escolha do cônjuge era um elemento essencial na obtenção de êxito das estratégias familiares. Como afirma Carlos Bacellar, referindo-se aos filhos da elite do oeste paulista, cada cônjuge “carregava consigo um patrimônio econômico, político ou social, herdado dos pais, e que não poderia ser dispersado, mas sim acrescido a outro, pelo matrimônio” (1997, p. 91). Casar e formar um lar são momentos críticos na reprodução dos grupos familiares e, ao envolverem todos os seus membros, implicam na elaboração de estratégias para que o novo casal possa viver por si. São, também, situações que selam alianças ao congregar o interesse de duas famílias quando do casamento dos jovens.

Partindo dessas premissas, ao traçar as redes de relacionamento entre os moradores mais velhos do agro de Porto Alegre a partir do casamento de seus filhos, tentamos avaliar em que medida a escolha dos cônjuges representou um mecanismo para a reprodução do patrimônio das famílias em questão.

Um conceito importante neste estudo é o de *redes sociais*. Conforme Zacarias Moutoukias, o estudo da estrutura interna das redes sociais abre uma perspectiva enriquecedora ao estudo da história, ao ajudar na compreensão da racionalidade e do comportamento dos agentes. Isto se torna especialmente importante ao aceitarmos que conceitos como *Estado*, *família* ou *grupos sociais* são formados por redes de indivíduos que atuam entre si em relações sempre cambiantes (1995, p. 222). Constatamos que havia três redes formadas a partir dos casamentos dos filhos dos primeiros povoadores de Porto Alegre. Uma delas é nucleada pelos irmãos **Manuel de Ávila de Souza** e Antônio de Ávila Machado. Esta rede tem uma localização espacial particular, pois a maioria de seus membros morava na zona sul da freguesia. Dos nove envolvidos, todos são escravistas, sendo que quatro possuem entre 5 e 8 cativos e dois estão entre os maiores proprietários, com 10 ou mais cativos. Esta rede inclui casais açorianos que receberam datas de terra, como Antônio Munis Leite, Francisco José Flores e Manuel Gonçalves de Araújo.

Entre os casais açorianos que receberam datas de terras, formaram-se dois conjuntos de redes. O primeiro é formado por duas redes menores interligadas e nucleadas, respectivamente, por Manuel de Souza Barros e Manuel Gomes da Rocha. Os sogros dos filhos de **Manuel de Souza Barros** (senhor de 11 cativos) eram Pedro Gomes (proprietário de 2 cativos), João de Souza Machado (5 cativos) e Francisco Furtado (3 cativos). Por outro lado, os sogros dos filhos de **Manuel Gomes da Rocha** (não-proprietário de cativos), eram o já referido João de Souza Machado, Anacleto Correia Viegas (sem cativos), Ventura Pimentel (5 cativos), João da Cunha (2 escravos) e, por fim, Manuel Garcia Tavares (6 cativos). Essas duas redes menores se ligavam por meio de João de Souza Machado e a maioria dos seus membros possuía cativos.

A segunda rede formada entre os casais açorianos é composta pela imbricação de três redes menores, nucleadas por Antônio Pereira Nunes, Antônio da Rosa e José Silveira Pereira. Os sogros dos filhos de **Antônio Pereira Nunes** (sem escravos) eram Antão Pereira (6 escravos), Manuel Rodrigues Pimentel (sem escravos), Manuel Silveira Gonçalves (sem escravos) e José Pereira Garcia (2 escravos). Os sogros dos filhos de **Antonio da Rosa** (sem escravos) eram Manuel Garcia Tavares (o indivíduo referido no parágrafo anterior, com 6 escravos), Antônio Silveira Pereira (sem escravos)

e o já referido José Pereira Garcia (2 escravos). Por fim, os de **José Silveira Pereira** (5 escravos) eram Manuel Silveira Gonçalves (ligado a Antônio Pereira Nunes, sem escravos) e Antônio Silveira Pereira (ligado a Antônio da Rosa, sem escravos). Constatou-se que nesta rede a maioria membros não possuía escravos.

Verifica-se que as duas redes formadas pelos casais açorianos diferenciavam-se pela maior ou menor participação de senhores escravistas. No entanto, percebe-se que ambas estavam interligadas pelo casamento dos filhos de Manuel Garcia Tavares, os quais tiveram por sogros Manuel Gomes da Rocha (da primeira rede) e Antônio da Rosa (da segunda rede). Assim, no seio das redes formadas majoritariamente pelos casais açorianos que receberam datas de terras, constatamos não um fechamento entre as famílias, mas uma nítida distinção entre os mais afortunados e aqueles com modestos patrimônios.

Portanto, a então recente comunidade de lavradores de Porto Alegre não apenas apresentava uma significativa concentração de riqueza para os padrões de uma economia voltada para o mercado interno, como as famílias em questão utilizavam este parâmetro (a riqueza, medida pela posse escravos) para selecionar os novos membros de suas famílias. Tal esforço levou à formação de um grupo de lavradores socialmente “destacado”, pois seus filhos se casavam mais frequentemente com filhos de outros senhores escravistas, alguns também destacados lavradores.

Convém salientar que essa riqueza a qual nos referimos não diz respeito apenas aos recursos materiais, mas também aos sociais e simbólicos. Há um caso que sustenta esta última assertiva, que são as escolhas de cônjuges de dois filhos de Manuel de Ávila de Souza. Uma de suas filhas casou-se com um vizinho, o capitão José Rodrigues Martins, filho do sesmeiro Dionísio Rodrigues Mendes. Outro filho de Manuel de Ávila, por sua vez, casou-se com a filha de José Fernandes Petim, rico produtor rural cujas terras ficavam do outro lado do lago Guaíba. Registre-se que José Fernandes era casado com a filha de Jerônimo de Ornelas, o proprietário original da sesmaria distribuída entre os casais açorianos.

Deste modo, percebemos que Manuel de Ávila de Souza não herdou apenas as terras e alguns escravos de seu antigo compadre, Sebastião Francisco Chaves, um dos três primeiros possuidores do território que deu origem a Porto Alegre. Adquiriu também um patrimônio imaterial extremamente cobiçado: o *status* de grande proprietário de terras. De imigrante açoriano, passou a fazer parte do mundo social da elite agrária da região. Por isso, o que estava em jogo quando seus filhos se casavam não era apenas a manutenção das propriedades de terras ou o aumento dos rendimentos oriundos da produção, mas, especialmente, a preservação do *status* alcançado por sua família.

O segundo aspecto relativo às estratégias familiares dos lavradores de Porto Alegre diz respeito ao leque de alternativas para se constituir um novo núcleo familiar disponível às famílias do agro de Porto Alegre. Quem podia sair de casa e adquirir o próprio pedaço de terra? Havia diferença na situação de vida dos diferentes dependentes encontrados nas *Relações de moradores*? São estas e outras questões que tentaremos responder.

Helen Osório verificou que o viver “a favor” era uma forma de acesso predominantemente utilizada entre lavradores, pois foram encontrados 98 casos neste grupo ocupacional, contra 14 entre criadores e “criadores e lavradores” em conjunto. Além disso, a autora constatou que metade dos 157 produtores que “viviam a favor” o fazia junto a parentes, em geral pais e sogros (2007, p. 93-100). Soma-se a isso o fato de que eram os lavradores os que mais se apossaram de terrenos

devolutos: do conjunto das 181 posses e terrenos cujo acesso não foi informado, 71% pertenciam a lavradores. A autora conclui que “era o grupo dos lavradores que detinha as menores parcelas de terra e para o qual o acesso a elas era mais difícil” (2007, p. 99s). Tão difícil era o acesso, que frequentemente tinham de recorrer à propriedade de pais e sogros.

Nas *Relações de moradores*, como mencionamos no início, cerca de 1/5 dos listados são chefes de domicílio que não moravam em terras próprias. Na *Relação* de 1784, encontramos 15 dependentes, sendo 6 “agregados” e 9 “arranchados”; na de 1797, contabilizamos 23 dependentes, sendo 7 “agregados” e 16 que viviam “a favor”. Registre-se que a expressão “arranchado” encontra-se nos borradores da *Relação de moradores* de 1784, mas não consta na *Relação* enviada ao Rio de Janeiro. Em realidade, como logo demonstraremos, essas são expressões sinônimas.

Em Porto Alegre, os agregados e os que vivem “a favor” também eram frequentemente parentes dos proprietários. Na *Relação* de 1784, 10 dos 15 dependentes encontram-se em terras de pai, sogro ou de padasto, enquanto que na *Relação* de 1797 eram pelo menos 11 de 23 dependentes, sendo que há mais 2 casos dúbios. Em ambos os períodos, filhos e genros são parte expressiva dos dependentes, mas em 1797 parece ter aumentado de maneira expressiva a participação de indivíduos que talvez não fizessem parte do grupo familiar dos proprietários de terras. Provavelmente devido ao fechamento da fronteira agrária local, era necessário aos jovens lavradores tornarem-se dependentes de algum proprietário, mesmo que estes não fossem seus familiares.

Por princípio, o agregado é o sujeito que se insere na casa de um terceiro, por não possuir condições de ter uma vida autônoma. Já os arranchados que aparecem na *Relação* de 1784, como o próprio nome indica, parecem ser os que possuíam um rancho, uma casa rústica. Essa diferença se confirma quando comparamos essas categorias com as da *Relação* de 1797, pois dos 16 indivíduos arrolados nesta última fonte como vivendo “a favor”, 14 possuíam uma casa entre as benfeitorias. Isto é, os termos “arranchado” e “vive a favor” dizem respeito ao produtor que, sem possuir terras, morava em casa própria, independente do proprietário.

O agregado, por sua vez, não pode ser descrito como um simples dependente. Há um caso que pode trazer úteis informações para entender melhor a situação. Custódio Pereira aparece na *Relação* de 1784 como agregado junto ao seu pai, Antão Pereira. Já na *Relação* de 1797, Custódio é relacionado como o herdeiro de 1/4 de légua de terras, com rebanho maior e mais diversificado que o apresentado na *Relação* anterior.

Se Custódio foi, em algum momento, um agregado, ele não era um simples inquilino. Provavelmente era o filho que acompanhava o pai nas labutas diárias. É de se suspeitar também que tenha assumido a posição de chefe do domicílio quando seu pai já não o conseguisse por força da idade. O que nos sugere esta pressuposição é o fato de que, apesar de possuir mais três irmãos, Custódio consta como o único herdeiro das terras do seu pai. Assim, este caso nos ensina que o agregado poderia também ser o filho que estava apto a chefiar o domicílio quando o pai já não o pudesse.

Antônio José de Souza apresentava uma posse de terras na *Relação de moradores* de 1784. Na *Relação* de 1797, aparece como agregado de seu pai, Manuel de Ávila de Souza, e suas terras constam como compradas por outro indivíduo. A posse da terra por parte do jovem chefe de família, neste caso, não era uma prioridade, já que optou pela venda da mesma e o agregamento junto ao pai. Não podemos deixar de suspeitar que Antônio José tivesse assumido o mesmo papel de Custódio no interior de sua família, de provável herdeiro da condição de chefe do grupo familiar, bem como

das terras paternas. É preciso lembrar que seu próprio pai, ao receber a sesmaria em doação, era compadre e *agregado* junto a Sebastião Francisco Chaves¹⁴.

Em síntese, esses casos parecem indicar que agregados e os que viviam “a favor”, apesar de suas diferenças, eram formas distintas de organização dos membros de uma família. O agregado era um dependente, com poucas posses próprias. Mas, em alguns casos, poderia ser o herdeiro potencial da posição do chefe da casa, pronto para assumir a frente da família e cuidar dos velhos pais. O que vivia “a favor”, por sua vez, possuía não só seus animais e suas lavouras, como também suas benfeitorias. De modo especial, possuía sua casa, seu rancho próprio. Ainda assim, apesar dessa relativa autonomia, estava intimamente ligado à vida econômica do pai ou do sogro. Dessa forma, o “agregar-se” ou o viver “a favor” eram, em grande medida, formas de ordenar a mão-de-obra no interior de uma família extensa.

Resta-nos avaliar se esses mecanismos de reprodução e organização das famílias eram comuns a todos lavradores locais. Para enfrentar esse problema, procuramos nos *Róis de confessados* pelos proprietários de terras listados na *Relação de moradores* que acolheram agregados e arranchados, para avaliar suas posses cativas. Encontramos 9 dos 15 proprietários da *Relação* de 1784, dos quais apenas 3 possuíam escravos. Da *Relação* de 1797, encontramos nos *Róis* 15 dos 23 proprietários que acolheram dependentes. Destes, apenas 4 possuíam cativos.

Deste modo, o agregar-se ou arranchar-se era mais comum aos filhos dos chefes de família que não possuíam escravos. Isso se devia não exclusivamente à dificuldade em acessar novas propriedades, como corretamente argumentou Osório. Mas devia-se, também, ao fato de que a perda do braço filial poderia ser desastrosa para a economia doméstica dos lavradores sem escravos. Portanto, o agregamento e o viver “a favor” se caracterizavam como elementos constitutivos das estratégias de vida camponesa. Eram formas de organização da força de trabalho possíveis aos grupos familiares que não possuíam escravos e que não podiam se dar ao luxo de dispensar os próprios filhos.

Quando procurados nas *Relações de moradores* pelos filhos e genros dos maiores proprietários escravistas, aqueles com 10 ou mais cativos, o resultado encontrado é o seguinte: pelo menos 3 possuíam datas concedidas; pelo menos 6 compraram suas propriedades, sendo que 2 deles também possuíam datas concedidas; um recebeu sua propriedade em dote; dois, por herança; e o último, por fim, é o filho de Manuel de Ávila, que consta ora como posseiro, ora como agregado de seu pai. Os filhos dos primeiros povoadores que chegaram ainda crianças no Rio Grande, ou quando nascidos não muito depois da chegada, eram adultos quando as datas foram distribuídas a partir de 1772 e puderam recebê-las. Outros filhos, por sua vez, tiveram condições de comprar suas terras. Um, ainda, recebeu sua propriedade como dote, algo que era raro, então¹⁵. Portanto, aos filhos dos mais afortunados havia a alternativa de iniciar a vida marital como proprietário fundiário por meio da compra de terras.

CONCLUSÃO

A freguesia de Porto Alegre conheceu um enorme crescimento a partir de 1780. Por ser a sede administrativa da capitania e por possuir um porto estratégico na comunicação entre o Atlântico e o interior do Rio Grande, sua população urbana tornou-se cada vez maior. Com este mercado local crescente, acompanhado das demandas cariocas por trigo, os produtores rurais encontraram uma oportunidade para comercializarem seus excedentes. Foi neste contexto que os escravos tornaram-se parte do dia-a-dia da freguesia.

No entanto, esta oportunidade foi aproveitada de maneira desigual. Se havia uma maioria de proprietários de datás, havia alguns poucos senhores que possuíam a maior parte do território agrário local. Por isso, provavelmente tinham possibilidade de produzir e comercializar mais do que a maioria dos produtores. Entre os proprietários de datás, é possível que as famílias mais velhas, com maior número de filhos crescidos, tivessem conhecido condições semelhantes. Apesar de a posse escrava ser razoavelmente distribuída, eram poucos os que possuíam uma escravaria com mais de dez membros. Essas constatações permitem falar em uma expressiva concentração de recursos. A essa distribuição de bens estão associadas diferentes leques de estratégias sociais disponíveis. De modo geral, pode-se dizer que os produtores mais bem aquinhoados conseguiam casar seus filhos com os melhores “partidos” disponíveis no mercado matrimonial. Eram os filhos desses destacados produtores, também, que mais frequentemente compravam terras.

Às famílias mais empobrecidas, por sua vez, restavam restritas alternativas. Ainda que algumas vezes conseguissem casar seus filhos com escravistas, os produtores não escravistas tinham seus filhos casados com pessoas de igual situação. E por possuírem menores recursos materiais e de mão-de-obra, seus filhos mais frequentemente tornavam-se agregados ou construíam ranchos na propriedade familiar. Ao apresentarmos esses resultados, esboçamos um modelo de distribuição de recursos e de estratégias sociais que produzia e sedimentava a diferenciação social no interior da comunidade de produtores rurais do agro de Porto Alegre de fins do século XVIII.

NOTAS

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em história da UFRGS.

¹ *Relações de moradores de Porto Alegre e Gravataí* de 1785, os borradores de 1785 e 1797, Códice F-1198A, AHRS; *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente*, Códice 104, v. 7, ANRJ. Agradecemos à Professora Helen Osório por disponibilizar a *Relação de moradores* de 1784 oficial, que está depositada no Arquivo Nacional.

² Esta conclusão se baseou na busca dos proprietários em questão no banco de dados dos recebedores de sesmarias elaborado por Helen Osório a partir de documentos presentes nos arquivos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Lisboa. Francisco Riopardense de Macedo afirma que a carta de sesmaria concedida a Sebastião Chaves é datada de 30 de março de 1736, só que o autor não apresenta a referência da fonte consultada (MACEDO, 1968, p. 45).

³ Esta informação encontra-se disponível nas *Relações de moradores* de 1784, depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), no *Primeiro Livro de Óbitos de Viamão*, folha 62, depositado no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) e em OLIVEIRA, 1987, p. 37.

⁴ Ver *Rol de confessados de Porto Alegre de 1779* (AHCMPA). A relação de parentesco entre Dionísio Rodrigues e José Rodrigues foi encontrada no *Primeiro livro de batismos de Porto Alegre* (AHCMPA), registro de 02 de janeiro de 1774. A informação de relação familiar entre Dionísio Rodrigues e André Bernardes foi encontrada no *Primeiro livro de batismos de Porto Alegre*, registro de 13 de dezembro de 1787.

⁵ Em ambos os casos estão excluídos os livres com menos de sete anos. Fontes: *Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; *Mapa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, devididos pelas freguezias actuais da mesma Capitania no anno de 1802*. Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 7, doc. 485

⁶ *Rol de confessados de Porto Alegre*, 1782, AHCMPA.

⁷ O valor das unidades de medidas utilizadas encontra-se em MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Tabela de medidas agrárias não decimais. Disponível no endereço: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf. Acesso em 12 de fev. de 2012.

⁸ Os argumentos de Osório vão ao encontro da hipótese de Garavaglia para a campanha de Buenos Aires, pois a autora verificou que também no Rio Grande, onde igualmente predominava um sistema de produção misto, a diferença entre lavradores e estancieiros devia basear-se no tamanho dos rebanhos possuídos pelos diferentes produtores (ver OSÓRIO, 2007, p. 85).

⁹ No entanto, deve-se ressaltar que outras quatro propriedades também foram designadas como chácaras em 1784, só que para estas a expressão “chácara” apareceu na margem da folha do documento. No texto de descrição das propriedades, a designação utilizada é simplesmente a de datas. Como quatro destas cinco propriedades foram compradas, podemos lançar a hipótese de que há relação íntima entre datas de terras e chácaras, sendo as últimas um fracionamento das primeiras.

¹⁰ Para avaliar a extensão dos campos de terra de 1784, contamos o total registrado na fonte. Pelo fato de a estância da *Relação* de 1797 ter sido provavelmente recebida em herança pelo proprietário e que o irmão do mesmo aparece listado no *Rol de confessados* de 1779, iremos contabilizar esta propriedade. Como tamanho, consideraremos a extensão de sesmaria padrão. Para avaliar a extensão do conjunto das datas, fizemos uma operação simples, que foi a de multiplicar o tamanho padrão de uma meia-data pelo total de datas demarcadas de 1772. Isto é, 136 hectares multiplicados por 60 propriedades. Decidimos optar por essa fórmula pelo fato de que: 1) na *Relação de moradores de 1784* consta o tamanho de apenas algumas das datas; 2) é difícil avaliar a real quantidade de datas concedidas em Porto Alegre. No *Registro de datas passadas aos casais* de Porto dos Casais (AHRS, F1231) constam 48 concessões entre 1772 e 1780. No entanto, na *Relação de moradores* aparecem alguns proprietários, originais de data que não estão arrolados no dito *Registro de datas*. Por isso, preferimos utilizar o número de datas consagrado na historiografia.

¹¹ O Coeficiente de Gini é uma fórmula estatística útil para medir a concentração de riqueza no seio de uma população. Seu resultado será um número entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior será a concentração.

¹² Fonte: *Registro de datas de terras passadas aos casais – Porto dos Casais*. AHRS, F1231. O *rol* permitiu identificar os mais velhos moradores da localidade por meio do recorte etário dos indivíduos com mais de 44 anos; o *Registro de datas de terras* permitiu identificar os indivíduos que receberam as datas originais. Por fim, a *Relação de moradores* permitiu identificar os recebedores de datas que ainda se mantiveram na agricultura. Com frequência, os lavradores mais antigos se encontravam nas três fontes aqui assinaladas.

¹³ *Primeiro livro de batismos de Porto Alegre e Primeiro livro de casamentos de Porto Alegre*, AHCMPA.

¹⁴ ANRJ, códice 104, vol. 7, p. 16.

¹⁵ Osório encontrou apenas 48 casos de dotes, de um universo de 1824 formas de acesso à terra. Ver OSÓRIO, 2007, p. 93.

REFERÊNCIAS:

BACELLAR, Carlos. **Os senhores da terra**. Campinas: CMU / Unicamp, 1997. 220 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 380 p.

CEZAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. 328 p.

COSTA, Iraci e LUNA, Francisco. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA e LUNA. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: FIEP/Pioneira, 1982, p. 57 – 77.

GOMES, L. C.

DANILEVICZ, Ian. **Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)**. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009. Trabalho de conclusão de curso. 49 p.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 258 p.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 266 p.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Sulina, 1968. 142 p.

MOUTOUKIAS, Zacarías. “Narración y analisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica.” In: BJERG, María & OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pp. 221-241

NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**. Porto Alegre: Sulina, 1975. 180 p.

OLIVEIRA, Clóvis. **A fundação de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Norma, 1987. 116 p.

OSÓRIO, Helen. **O Império Português no sul da América**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 360 p.